

Disciplina A - Auditoria Governamental	
Questão 01	
Itens	Valores
Inovações do orçamento-programa em relação às práticas tradicionais: um ponto para cada item citado no texto.	0.00 - 3.00
Elementos essenciais do orçamento-programa: um ponto para cada item citado no texto.	0.00 - 4.00
Limitações ou críticas à efetiva adoção do Orçamento-programa como instrumento de gestão: um ponto para cada item citado no texto.	0.00 - 4.00
1 ponto para cada critério de classificação da programação de despesa: institucional, funcional, programática e segundo a natureza.	0.00 - 4.00
Nota da Questão 01	15
Questão 02	
Itens	Valores
João, na qualidade de responsável pelo controle interno, tomou conhecimento da ilegalidade de superfaturamento em contrato administrativo e não deu ciência ao Tribunal de Contas do Estado, razão pela qual possui responsabilidade solidária para o ressarcimento ao erário	0.00 - 3.00
O Ministério Público de Contas junto ao TCE não pode ajuizar ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face de João, pois não possui atribuição para tal matéria, mas o TCE do Estado Alfa deve extrair cópia do processo e remeter ao Ministério Público do Estado Alfa, para as providências cabíveis no âmbito da responsabilização de João por ato de improbidade administrativa	0.00 - 4.00
Não configura bis in idem a coexistência de título executivo extrajudicial (acórdão do TCE) e sentença condenatória em ação civil pública por ato de improbidade administrativa que determinam o ressarcimento ao erário e se referem ao mesmo fato, desde que seja observada a dedução do valor da obrigação que primeiramente foi executada no momento da execução do título remanescente.	0.00 - 4.00
João praticou os atos de improbidade previstos no Art. 10, X e Art. 11, II, razão pela qual está sujeito às sanções previstas no Art. 12, II e III, da Lei nº 8.429/1992, quais sejam: II - na hipótese do Art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos; III - na hipótese do Art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos. Citar três sanções	0.00 - 3.00
Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.	0.00 - 1.00
Nota da Questão 02	15

Disciplina B - Ministério Público de Contas	
Questão 01	
Itens	Valores
A Constituição da República de 1988 prevê o direito de greve aos servidores públicos de forma geral, que será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica. Como até hoje não foi editada tal lei, o STF determina que se aplique a lei geral de greve. No caso concreto, esta regra geral se aplica apenas aos professores estaduais A Polícia Militar não pode realizar greve por expressa vedação constitucional. Igualmente, a Polícia Civil também não pode realizar greve, conforme decisão do STF.	0.00 - 5.00
Caso haja greve, de acordo com o STF, a Administração Pública do Estado Alfa deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público. É permitida a compensação em caso de acordo.	0.00 - 3.00
Inobstante não haver direito de greve para tais categorias, de acordo com o STF, é obrigatória a participação do Poder Público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do Art. 165 do CPC, para vocalização dos interesses da categoria.	0.00 - 1.00
O não encaminhamento de projeto de lei de revisa?o anual dos vencimentos dos servidores públicos, previsto no inciso X do Art. 37 da CRFB/1988, não gera direito subjetivo à indenização . Por outro lado, deve o Poder Executivo pronunciar-se de forma fundamentada acerca das razo?es pelas quais não propôs a revisão, conforme entendimento do STF em repercussão geral.	0.00 - 2.00
O Poder Judiciário não possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, nem para fixar diretamente o respectivo índice de correção, de maneira a se respeitar a separação dos poderes, conforme entendimento do STF em repercussão geral.	0.00 - 3.00
Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.	0.00 - 1.00
Nota da Questão 01	15
Questão 02	
Itens	Valores
O Prefeito Municipal tem o poder de iniciativa privativa para encaminhar o projeto de lei orçamentária anual ao Poder Legislativo.	0.00 - 2.00
A lei orçamentária anual pode conter autorização para a contratação de operação de crédito.	0.00 - 2.00
As receitas decorrentes de operações de crédito devem permanecer adstritas, em linha de princípio, ao montante das despesas de capital.	0.00 - 2.00
O pagamento dos materiais de escritório de uso contínuo consubstancia despesa de custeio, enquanto os recursos direcionados à conclusão de obras que estavam paralisadas se enquadra no âmbito das despesas de capital.	0.00 - 2.00
A abertura de créditos suplementares pode ser autorizada na própria lei orçamentária anual.	0.00 - 2.00
No caso concreto, parte dos recursos obtidos com a operação de crédito foi direcionada às despesas de custeio e a abertura de créditos foi aprovada por maioria simples, o que não atende à exceção constitucional, segundo a qual créditos suplementares devem ser autorizados por maioria absoluta.	0.00 - 2.00
A parte da lei orçamentária anual referida no parágrafo anterior é inconstitucional.	0.00 - 2.00
Abordagem geral: Desenvolvimento, correção da linguagem, fluência e coerência da exposição.	0.00 - 1.00
Nota da Questão 02	15